

Adiamento do reajuste de servidores é mantido

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Nem todas as medidas do pacote de ajuste das contas em 2018, que não serão votadas pelo Congresso Nacional antes do recesso parlamentar, deixarão de ter efeitos sobre as receitas e despesas da União. O aumento de salários dos servidores civis do Executivo, que entraria em vigor no dia primeiro de janeiro, está adiado, de acordo com os Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Da mesma forma, a elevação da alíquota previdenciária de todos os servidores da União entrará em vigor no dia primeiro de fevereiro, depois de cumprir o prazo de noventa dias (noventena) exigido pela Constituição. Uma alíquota de 11% incidirá sobre a parcela do salário do servidor que for igual ou inferior ao teto do benefício pago no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e uma alíquota de 14% incidirá sobre a parcela do salário que supere o teto do RGPS.

As duas mudanças estão previstas na medida provisória 805, que ainda não foi votada, mas está em vigor. A MP é de 30 de outubro deste ano e só perderá validade no dia 11 de abril de 2018. Até lá, o governo espera aprová-la no Congresso.

Com o adiamento do reajuste dos servidores, o governo estima economizar R\$ 4,4 bilhões. E com a elevação da alíquota previdenciária, a previsão é de uma receita adicional de R\$ 2,2 bilhões.

O problema é que se a MP perder validade, ou seja, não for votada pelos parlamentares, o governo terá que conceder o reajuste salarial aos servidores, de forma retroativa a janeiro deste ano, e reduzir a alíquota previdenciária.

A perda de validade da MP terá forte repercussão sobre as contas públicas em 2018, o que será um argumento adicional para convencer os parlamentares a aprovar a medida. Ou seja, os deputados e senadores irão decidir sobre um fato consumado.

A maior frustração de receita do governo será com a não aprovação da MP 806, que alterou a forma de tributação do imposto de renda de fundos financeiros fechados. A MP teria que ser aprovada neste ano para entrar em vigor em 2018, por causa do parágrafo segundo do artigo 62 da Constituição. O dispositivo constitucional estabelece que uma MP que crie ou aumente o imposto de renda só poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o

último dia do ano em que foi editada.

Com a não aprovação da MP 806, o governo irá perder R\$ 6 bilhões. Os recursos estão previstos no Orçamento de 2018 e terão que ser cancelados, o que deverá ocorrer no decreto de programação orçamentária e financeira, que o governo editará em janeiro ou fevereiro do próximo ano.

O governo perderá também uma receita considerável porque o projeto de lei 8.456, que reonera a folha de pagamento de vários setores da economia, não será aprovado neste ano. Com a medida, o governo esperava elevar a receita da Previdência em R\$ 8,3 bilhões. Como a mudança está sujeita ao regime da noventena, se o projeto for aprovado em abril, os seus efeitos sobre a arrecadação somente ocorrerão a partir de julho.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou ontem que está ocorrendo uma recuperação das receitas tributárias em função, principalmente, da forte retomada da atividade econômica. Ele informou que o governo vai reestimar as receitas para 2018 com base na previsão de crescimento da economia de 3% no próximo ano. O Orçamento foi aprovado com a previsão de crescimento de 2,5%.

Falta de ajuste pode levar a contingenciamento extra

Por Marta Watanabe | De São Paulo

O governo federal pode ter de contingenciar perto de R\$ 10 bilhões com a elevação de despesas para 2018, parte delas como resultado de gastos já aprovados no Congresso ou com votações encaminhadas, avaliam especialistas. O contingenciamento pode ocorrer mesmo que o ganho de arrecadação com a retomada da economia consiga cobrir as receitas que a União corre risco de não obter, devido à dificuldade de aprovação das medidas do pacote de ajuste fiscal para o ano que vem.

Para Fabio Klein, economista da Tendências, a possível frustração de recursos adicionais para o ano que vem pode ser compensada pelo aumento de arrecadação que deve acontecer por conta da recuperação da economia. A Tendências projeta 2,8% de expansão do PIB para 2018.

A grande preocupação, diz ele, vem por conta da pressão das despesas, que geraria um

contingenciamento perto de R\$ 10 bilhões. Ele destaca, porém, que a expansão de gastos é comum em ano de eleições. E as contas da União, diz, já completam três anos com ajuste de custeio e investimentos. "Na conta do custo, os benefícios deixam de compensar tanto. Por isso são muito importantes as medidas em gastos obrigatórios."

Uma oportunidade para amenizar despesas obrigatórias, porém, o governo pôs em risco com o adiamento para o ano que vem da análise da Medida Provisória (MP) 805 (ver reportagem Adiamento do reajuste de servidores é mantido), umas das que compunham o ajuste fiscal de 2018. A medida, além de elevar a contribuição da alíquota previdenciária dos servidores, adia o reajuste salarial dos funcionários e também estabelece revisão de pagamentos como o auxílio moradia. Essas duas últimas medidas em conjunto significam uma contenção de gastos de R\$ 5,12 bilhões no ano que vem, calcula Klein.

O adiamento também da votação da reforma previdenciária para o ano

que vem, diz Klein, é outra medida que pode forçar o contingenciamento. Segundo ele, a aprovação da reforma ainda em 2017 daria maior sustentação ao cumprimento do crescimento do teto de gastos pela União em 2018. Para Klein, a preocupação maior em relação às metas é exatamente o cumprimento do teto. "Se o teto não for cumprido, fatalmente a meta de resultado primário não será entregue", avalia.

Entre as despesas que poderão pressionar por um contingenciamento, Klein lembra a aprovação do projeto que torna obrigatório o repasse anual de R\$ 1,9 bilhão para compensar Estados e municípios pela perda de ICMS com as desonerações da Lei Kandir. Aprovado no Senado na terça-feira, o projeto de lei vai à sanção presidencial.

Outra despesa adicional pode vir da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que aumenta o repasse de recursos arrecadados pela União aos municípios. A proposta, eleva de 49% para 50%





o repasse às prefeituras do arrecadado com o IR e com o IPI. A transferência é feita pela União por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A elevação da fatia das prefeituras deve ser gradual e o impacto para o governo federal no ano que vem é calculado em R\$ 1,1 bilhão. O valor impactará na despesa como um todo da União, mas não deverá compor o cumprimento do teto de gastos, já que as transferências a Estados e municípios não entram nessa conta. Aprovado na quarta-feira pelo Senado, por unanimidade e em dois turnos, o texto da PEC deve ser analisado pela Câmara dos Deputados.

Para Klein, há espaço fiscal para o contingenciamento, mas a preocupação vem em relação às pressões políticas em ano de eleições. Preocupação semelhante tem um economista que prefere não ser identificado. Segundo ele, para o ano que vem, é ainda possível garantir o cumprimento da meta fiscal com contingenciamento de até R\$ 25 bilhões, que podem compensar as

medidas de ajuste que o governo não tem conseguido emplacar. Mas ele destaca que seria "ajuste de péssima qualidade". O contingenciamento, esclarece, é "matematicamente possível". "A questão é saber se será politicamente viável, já que a pressão por gastos e por emendas parlamentares deverá ser grande em ano eleitoral."

Bruno Lavieri, economista da 4E, tem opinião diferente. Para ele, o teto de gastos deve ter cumprimento tranquilo no ano que vem. Ele concorda que o ano de eleições deve provocar pressões por gastos, mas isso, diz, deve ter efeito mais limitado já que, exatamente por conta das eleições, o governo tem restrições para iniciar novas despesas.

Em relação ao resultado primário, avalia Lavieri, a meta de déficit de R\$ 159 bilhões deve ser cumprida sem folgas. Para ele, o PIB deve crescer 1,9% em 2018 - o governo anunciou ontem alta de 3% -, o que resultará em elevação real de 1,2% na arrecadação em relação a este ano.





Gastos adicionais

Despesas que podem pressionar meta em 2018

■ **R\$ 1,9
bilhão**

Lei Kandir para compensar perdas de receita de ICMS com a desoneração de exportações

■ **R\$ 1,1
bilhão**

PEC que eleva a transferência aos municípios via FPM

■ **R\$ 5,12
bilhões**

Frustração no adiamento de reajuste a servidores de 2018 para 2019 e revisão de benefícios, como auxílio moradia

R\$ 8,12 bilhões é o total de despesas

Fonte: Cálculos da Tendências Consultoria

'Fake news' aos trilhões

O que deveria ser um complexo debate envolvendo questões orçamentárias, energéticas e ambientais tornou-se motivo de alarido nas redes sociais da internet.

Aprovada nesta quarta-feira (13) pela Câmara dos Deputados, a medida provisória 795 institui um regime tributário favorecido para produção e exploração de petróleo e outros combustíveis fósseis. Em postagens escandalizadas nos meios digitais, difundiu-se que a MP entrega R\$ 1 trilhão em benefícios fiscais às petroleiras.

Há boas razões para questionar a proposta apresentada pelo Palácio do Planalto. Em tempos de colapso das finanças públicas, políticas que implicam abrir mão de receitas devem ser aplicadas com máxima parcimônia; tratando-se, ademais, de incentivo oficial a poluentes, a relação entre custos e benefícios fica mais desfavorável.

Entretanto os militantes eletrônicos preferiram o mantra do número bombástico e facilmente memorizável –enquanto a procedência e a solidez da cifra, como de hábito, não mereceram maior atenção.

Como escreveu o colunista Vinicius Torres Freire nesta Folha, o cálculo se origina de estudo elaborado por um consultor legislativo do Senado Federal, contestado de modo veemente por outros trabalhos (do Executivo e da Câmara dos Deputados) e padecendo de severa fragilidade metodológica.

O caso, infelizmente, está longe de ser isolado. Dados precários e nebulosos, quando não flagrantemente falsos, contaminam há tempos a agenda nacional, em particular nos temas econômicos.

Num exemplo anterior às redes sociais, por muito se repetiu que, para cada R\$ 1 arrecadado no país, outro R\$ 1 seria sonogado. Em valores atuais, essa estimativa de bases obscuras resultaria em mais de R\$ 2 trilhões subtraídos dos cofres governamentais por ano.

Outra lenda muito propagada dá conta de que metade do Orçamento da União, ou cerca de R\$ 1,7 trilhão neste 2017, estaria destinada ao pagamento de juros e amortização de dívidas. Trata-se apenas de uma interpretação, das mais enganosas, de registros meramente contábeis das transações com títulos do Tesouro Nacional.

Em comum, tais variantes de "fake news", como ficaram conhecidas as notícias falsas que proliferam na internet, são recurso contumaz de grupos que se opõem a reformas e medidas propostas para ajustar a despesa pública.

Buscam-se dessa maneira tramas mirabolantes, desvios trilionários e vilões invisíveis, mas sempre poderosos, a fim de explicar as mazelas orçamentárias nacionais –um escapismo útil, sem dúvida, tanto para a guerrilha política como para a defesa de privilégios.

RÉPLICA**Educando Schwartzman, até onde for possível**

Ódio cego de colunista impede que ele veja que o problema não é o ajuste, e sim a incerteza sobre a sua forma

NELSON BARBOSA
COLUNISTA DA FOLHA

Em sua coluna mais recente (folha.com/nol942536), na quarta-feira (13), Alexandre Schwartzman mais uma vez me ataca com a virulência que lhe é característica. Pela minha conta, já fui tema de 10% do que o polemista publicou na Folha neste ano. Só Freud explica. Mas, como sou otimista com a raça humana, acho isso positivo. Estou educando Schwartzman, até onde isso for possível. No último ataque, o colunista parece revoltado por eu ter apontado que vivemos a mais lenta recuperação após uma recessão e que isso não pode ser creditado só à política econômica adotada antes da mudança de governo. Decisões pós-maio de 2016 também explicam por que o PIB está crescendo tão devagar, mas

vamos aos pontos levantados por Schwartzman. Primeiro, o colunista me acusa de dizer que não haveria retomada do crescimento do PIB em 2017.

Basta consultar minha resposta a sua primeira crítica, em abril deste ano, para verificar que apontei que o contingenciamento de gastos adotado pelo governo tendia a atrasar, não a interromper, a recuperação do crescimento. Felizmente, o governo não ouviu Schwartzman, mudou a meta de déficit primário e liberou mais recursos no segundo semestre (e ainda houve o FGTS e o PIS). O artigo ao qual Schwartzman se refere foi publicado no blog do Ibre e trata do mais recente estudo de Alberto Alesina e cia., no qual os autores constatam que, em média, a contração fiscal é contracionista no curto prazo. Mais importante, o mesmo artigo diz que, mesmo em ajustes “baseados em cortes de gastos”, 20% do esforço fiscal ocorreu via aumento de receita,

ponto ignorado pelo colunista em suas análises. Em segundo lugar, Schwartzman me ataca por, no início de 2015, ter esperado uma rápida recuperação da economia.

O colunista se esqueceu de dizer que naquele momento o governo já baseava suas projeções nas expectativas de mercado, que em dezembro de 2014 projetavam um crescimento de 0,6% do PIB para 2015. Nisso sou culpado. Errei a projeção com o mercado por não antecipar a série de choques políticos e econômicos que a economia sofreu naquele ano. O mesmo comentário vale para minha expectativa, em setembro de 2015, de que a economia se recuperaria ao longo de 2016. Naquele momento, o mercado também apontava para o crescimento do PIB no último trimestre de 2016 (+0,2%). Tudo isso é público e disponível no site do Banco Central. Terceiro, meu maior admirador critica minha observação de que a taxa de juro real caiu lentamente.





Porém, os próprios números apontados por Schwartzman comprovam que a queda da taxa real esperada foi lenta diante do tamanho da recessão. Se considerarmos a taxa real efetiva, a redução só começou em agosto deste ano, como apontei em coluna publicada na Folha, em setembro. Por fim e mais grave, o polemista parece não entender, ou não querer entender, minha crítica sobre a incerteza fiscal. Até as esquinas de Brasília sabem que sou favorável à reforma da Previdência e ao ajuste fiscal gradual, via aumento de receita e redução do crescimento do gasto. Porém, o ódio cego de Schwartzman faz com que ele não veja que o problema não é o ajuste, e sim a incerteza sobre a forma do ajuste, uma vez que o governo Temer aprovou um teto de gasto inadequado e sem nenhum instrumento para o próximo governo conseguir cumpri-lo a partir de 2019. De todo modo, espero que o polemista continue aprendendo com o que escrevo.

NELSON BARBOSA, doutor pela New School for Social Research, é professor da Escola de Economia de São Paulo (FGV) e da UnB e pesquisador do Ibre. Foi ministro da Fazenda e do Planejamento (governo Dilma).

PIB maior não compensa rombo no Orçamento

Segundo Fazenda, receita extra em 2018 será insuficiente sem aprovação de projetos

MAELI PRADO DE BRASÍLIA

O aumento de 2,5% para 3% na estimativa de crescimento do PIB em 2018 implicará em uma arrecadação R\$ 4 bilhões maior no ano que vem, em cenário otimista. Essa receita extra com uma atividade econômica mais robusta —o Ministério da Fazenda revisou sua expectativa oficial para o PIB nesta quinta-feira (14)— não resolve os buracos no Orçamento do ano que vem, entretanto. Isso porque a programação de 2018 prevê R\$ 14 bilhões em arrecadação com projetos com dificuldade para aprovação neste ano, como o que acaba com a desoneração da folha de pagamento. O Orçamento do ano que vem foi desenhado com uma previsão de expansão de 2,5% na atividade econômica—o Ministério da Fazenda, cuja projeção oficial estava defasada, esperava 2% de alta.

A expectativa foi alterada para 3% o, principalmente pelos efeitos esperados da queda dos juros básicos, que costumam demorar entre seis e nove meses para ser totalmente sentidos na ponta. A projeção para o PIB deste ano passou de 0,5% para 1,1%. Segundo a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, se a receita crescer no mesmo ritmo do PIB, a arrecadação crescerá R\$ 2,7 bilhões a mais que o previsto na Lei Orçamentária Anual. Se subir mais que o PIB, o que é esperado, segundo o secretário de Política Econômica, Fabio Kanczuk, a alta pode chegar a R\$ 4 bilhões, o que não compensa as eventuais perdas se esses projetos não passarem no Congresso.

Mesmo assim, o secretário avalia que o problema é maior do lado das despesas, já que a partir do ano que vem começa a valer a limitação dos gastos públicos à inflação do ano anterior, de 3%. “Há projetos importantes a serem aprovados.” O Congresso ainda não bateu o martelo em projetos contabilizados no

Orçamento e que representam uma economia de R\$ 9,3 bilhões. Sem aprovação, o governo terá que comprimir ainda mais os investimentos e despesas com custeio da máquina pública, que já estão no pior nível desde 2009, para não furar o teto de gastos. “Isso pode eventualmente promover paralisações e chiadeiras em relação a descontinuidade de serviços públicos”, afirmou Fabio Klein, economista da Tendências.

PREVIDÊNCIA

A pasta divulgou também cálculos sobre o impacto da não aprovação da Previdência sobre a economia. Se as novas regras não passarem, o impacto negativo sobre o PIB de 2018 seria de 0,15 ponto percentual. Ou seja, a não aprovação da reforma levaria o crescimento a 2,85% no ano que vem, e não 3%. Se a reforma passar, a projeção, feita com base na expectativa do mercado em torno da aprovação, poderia ser elevada para 3,3%.

2017, melhor que a encomenda

PEDRO LUIZ PASSOS

Depois de uma aguda recessão com impacto de um soco no queixo em 2015 e 2016, levando o PIB à lona ao desabar 7,5% nesse biênio, terminar o ano crescendo ao redor de 1%, com inflação de 3%, Selic no menor nível da história, desemprego em baixa e o maior superavit da balança comercial em todos os tempos faz da recuperação da economia o destaque de 2017. É fato: estamos bem melhores do que estávamos.

O resultado seria mais expressivo se o Congresso tivesse aprovado a reforma da Previdência. Ela segue encruada, colocando as contas públicas sobre o fio da navalha.

O Orçamento de 2018, por exemplo, projeta outro megadeficit primário (que exclui a conta de juros) em valor próximo ao deste ano, R\$ 159 bilhões ou 2,2% do PIB, o grosso devido ao crescente buraco da Previdência. É um risco aos juros em queda, à evolução da dívida pública e à sustentação do crescimento.

O que deixar de ser feito passará para o novo governo em 2019, mas com a situação fiscal muito mais debilitada. O contraponto é que a coalizão reformista no Congresso, ao lado de uma equipe econômica coesa, conseguiu avanços relevantes que poderão elevar a eficiência e a produtividade geral da economia nos

próximos anos.

A tramitação tem sido a duras penas, já que a maioria dos projetos implica mudar a Constituição. Além disso, se nunca é fácil formar maioria legislativa, menos ainda quando a sociedade desconfia dos partidos e as reformas contrariam privilégios de lobbies diversos.

O sinal de que o país começava a repudiar os vícios do compadrio e do clientelismo político veio com a Lei de Governança das Estatais — um conjunto de regras para inibir o apadrinhamento por partidos de diretores e conselheiros das empresas controladas pelo governo.

Explicitou-se ali quem se opõe às reformas e ao saneamento fiscal do governo, mesmo depois da corrupção desbragada na Petrobras. Não por acaso, são os que se opõem à reforma previdenciária, cujo eixo está num corte das regalias da elite da burocracia.

O Congresso ainda reluta acabar o que começou ao aprovar a PEC do Teto, que indexou o Orçamento federal à inflação, abrindo caminho para a volta de políticas públicas focadas nas demandas sociais e no desenvolvimento, não em uns poucos afortunados. Mas ela depende de uma Previdência robusta, sem a qual as contas não fecham.

A verdade é que as reformas estão construindo a possibilidade de o país superar um atraso inquietante, consolidando efeitos positivos já flagrantes, como a inflação no nível civilizado de 3% e a taxa de juro básica em inéditos 7% ao ano, com viés de baixa dependente da rápida implantação das reformas e de outro astral na política.

Medidas significativas como a nova legislação trabalhista, o fim do monopólio no pré-sal, o novo marco regulatório das concessões de infraestrutura, a reforma do ensino médio, a lei de migração, entre outras, foram avanços na direção do progresso em curso no mundo.

Ainda há muito por fazer, como o comércio exterior liberto do viés protecionista, a simplificação e a reforma tributária, a educação efetivamente de qualidade, a prioridade ao desenvolvimento tecnológico etc.

Tais ações liberam energias sociais e econômicas reprimidas, que sufocam os empreendedores, os sonhos de realização dos jovens e a autonomia, sobretudo, dos mais pobres. Onde a prosperidade no mundo criou raiz tais anseios são metas nacionais permanentes. A hora de discuti-las está aí outra vez. E, agora, depende só de nós.

Governo deixa Previdência para fevereiro e cede à pressão de servidores

Nova aposentadoria. Início da votação foi adiado para 19 de fevereiro, após um ano de discussão no Congresso; para obter apoio, o Planalto vai desidratar a proposta, beneficiando os funcionários públicos que entraram antes de 2003 com regras mais brandas

Depois de um ano de discussão, a reforma da Previdência foi oficialmente adiada para fevereiro de 2018 e o governo se viu obrigado a ceder mais uma vez, com agrado aos servidores públicos, para tentar angariar os 308 votos necessários para aprovar o texto na Câmara. O presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que a votação começa em 19 de fevereiro.

“Se votar a Previdência em fevereiro, março ou abril, teremos condições de tirar o assunto do processo eleitoral. A sociedade vai querer saber a posição de cada um.” A proposta que endurece as regras para se aposentar no Brasil foi protocolada no Congresso no dia 5 de dezembro de 2016. O texto tramitou até de forma acelerada e chegou a ser aprovado na comissão especial em maio.

Depois que a gravação do empresário Joesley Batista, do grupo J&F, com o presidente Michel Temer, veio a público, a reforma foi deixada de lado por seis meses. Só foi resgatada depois que Temer conseguiu barrar na Câmara as duas denúncias apresentadas contra ele pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A proposta foi sendo desidratada ao longo das negociações. A economia de R\$ 600 bilhões em dez anos prevista inicialmente caiu para R\$ 480 bilhões.

Para retomar a discussão da reforma e obter apoio do Congresso, o governo já tinha mantido a contribuição mínima de 15 anos como exigência para se aposentar (antes, a ideia era elevar para 25 anos). Os trabalhadores rurais ficaram de fora das mudanças, assim como os idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Agora, o governo deve abrandar as regras para servidores que ingressaram antes de 2003. Ontem, Maia disse que será apresentada em fevereiro uma nova mudança na regra de transição desses funcionários. Pelo texto aprovado na comissão especial, esses

servidores precisariam cumprir as idades mínimas (65 anos para homens e 62 anos para mulheres) para manter o direito de receber como aposentadoria o último salário e os mesmos reajustes dos funcionários da ativa.

Ou poderiam se aposentar antes, conforme a regra de transição, mas sem os benefícios da integralidade e da paridade. A ideia de Maia – que se incumbiu de negociar a nova regra com o funcionalismo – é que os servidores não sejam obrigados a cumprir as idades mínimas definitivas, mas mesmo assim tenham de entregar um “pedágio” de 50% do tempo que falta para aposentar para ter direito aos benefícios.

O relator da reforma na Câmara, Arthur Oliveira Maia (PPSBA), afirmou que continua aberto a negociações. Já o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o governo está discutindo pequenos ajustes na proposta, mas que qualquer item que comprometa a economia de forma substancial não será aceito. “Nossa ideia é não reabrir negociações. Mas temos de respeitar a soberania do Congresso.”

O jogo da reforma da Previdência

Rogério Furquim Werneck

No início de novembro, fragilizado pelas sucessivas batalhas políticas que teve de enfrentar, a partir de meados de maio, para se manter no cargo, o presidente Temer deu mostras de estar desalentado com a possibilidade de aprovação da reforma previdenciária. Chegou a declarar que, se o Congresso não estivesse disposto a aprová-la, “paciência”.

Mas o Planalto logo percebeu que o sinal de que estaria prestes a “jogar a toalha”, na luta pela aprovação da reforma, havia sido lido como mais uma evidência de que o presidente estaria mesmo fadado a se arrastar até o final do mandato, como um “pato manco”. A correção de rumo foi imediata. O que se viu a seguir foi súbita mudança no empenho com que o Planalto passou a tratar a reforma da Previdência.

O aparente desalento deu lugar à deflagração de ampla campanha de mobilização do país e do Congresso com o esforço de assegurar a aprovação ainda este ano, pelo menos na Câmara, de uma versão menos ambiciosa da reforma previdenciária, mas com efeitos fiscais equivalentes à metade dos inicialmente contemplados.

Merece atenção o fato de que,

nesse novo esforço de convencimento da opinião pública, o governo parece ter encontrado, afinal, a tecla certa, ao passar a enfatizar que se trata de eliminar privilégios indefensáveis. Pesquisas de opinião recentes sugerem que a resistência à reforma previdenciária vem diminuindo.

Que, aos trancos e barrancos, a conscientização dos eleitores, nesta questão, vem avançando. E que a insistência no discurso irresponsável de oposição radical à reforma ficou muito mais onerosa. Vale também notar que a mobilização do governo com a aprovação da reforma previdenciária vem tendo um papel ordenador importante, na formação de uma possível coalizão das forças políticas de centro para a disputa presidencial de 2018.

Tendo o Planalto conseguido que o PMDB, o PTB e o PPS se comprometessem a fechar questão na votação da proposta, o PSDB viu-se, de repente, constrangido a abandonar as lamentáveis restrições, escancaradamente corporativistas, que vinha fazendo à proposta. Instado por Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin, o partido decidiu, afinal, fechar questão a favor da aprovação da reforma.

Mesmo que não impeçam as indisciplinas de praxe, esses compromissos partidários de cerrar fileiras na defesa da reforma representam passo promissor para possível aglutinação das forças políticas de centro na eleição presidencial. Com a proximidade do recesso parlamentar e as dificuldades de assegurar os 308 votos requeridos para aprovação em dois turnos da emenda constitucional requerida na Câmara, a votação da reforma teve de ser adiada para fevereiro.

E pode até ser que nem em fevereiro seja votada. Mas, mesmo que não seja, a mobilização do governo com a reforma lhe terá rendido fartos dividendos políticos. Terá sido o que permitiu ao Planalto sair das cordas, recuperar a iniciativa política, influir de maneira decisiva na forma como as forças políticas de centro deverão se apresentar na disputa presidencial e, ainda, manter os mercados esperançosos com a possibilidade de avanço da reforma.

Será muito bom para o país se um efeito adicional da frenética mobilização do Planalto com a reforma previdenciária, no apagar das luzes de 2017, acabar sendo a transformação do problema de financiamento da Previdência Social na questão central da





campanha eleitoral do ano que vem.

A esperança é que a disputa presidencial de 2018 seja menos escapista que as campanhas presidenciais anteriores. E exija que os candidatos discutam o que verdadeiramente importa. Que se posicionem sobre a superação da crise fiscal e a importância da reforma previdenciária para que as contas públicas possam ser mantidas sob relativo controle.

Rogério Furquim Werneck é economista e professor da PUC-Rio

Sem reforma, País crescerá menos, diz Fazenda

Estimativa é de que o PIB crescerá 2,85% sem Previdência; com ela, alta seria de 3,30%

Eduardo Rodrigues
Fabrício de Castro

O impacto negativo da não aprovação da reforma da Previdência é de 0,15 ponto porcentual no Produto Interno Bruto (PIB) de 2018, afirmou ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fábio Kanczuk. Pelas projeções oficiais, a economia deve crescer 3% no ano que vem (antes, a estimativa era expansão de 2%).

Se as novas regras para se aposentar no País não forem aprovadas, o crescimento seria de 2,85%. Com a aprovação da reforma, o impacto positivo é de 0,3 ponto porcentual – ou seja, o crescimento iria a 3,3%. “O mercado coloca que a probabilidade de aprovar a Previdência neste governo é de um terço”, disse Kanczuk, citando cálculos do Ministério da Fazenda.

“Se a Previdência for aprovada, o choque positivo é mais forte do que o negativo, caso ela não seja aprovada”, afirmou. Para este ano, a projeção oficial de crescimento do PIB foi elevada de 0,5% para 1,1%. O Orçamento do próximo ano, aprovado na quinta-feira pelo Congresso, já considerava uma alta de 2,5% no

PIB no ano que vem.

No Focus, boletim divulgado pelo Banco Central, os economistas preveem um crescimento de 2,62% em 2018. “Essa projeção está um pouco acima da média das estimativas dos analistas, mas achamos que é uma previsão bastante conservadora e sólida.

Revisão é produtos de reformas, e já houve um aumento muito grande da confiança, do investimento e do consumo”, argumentou Meirelles. “Temos uma conjugação de fatores positivos.”

Expectativa.

Para a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, até a última quarta-feira, quando o senador Romero Jucá (PMDB-RR) declarou que os presidentes do Senado e da Câmara haviam feito um acordo para adiar a votação da reforma para o ano que vem, o mercado via uma janela de possibilidade de aprovação ainda este ano.

Zeina não conta que a reforma seja aprovada em 2018. “O governo tem mantido essa ‘cenoura’ para atrair o mercado, mas isso também é perigoso, porque o investidor vai se cansando. Se o governo não acredita na aprovação da reforma, é melhor não prometê-la.” Na avaliação do economista Mauro

Schneider, da MCM, o que ainda pode jogar a favor da reforma é a consolidação da recuperação da economia.

“Avançar nessa agenda de reformas é uma parte das melhoras.” “Pior do que não passar em 2018 é não passar nem em 2019. Seria mortal para a evolução da economia. O impacto maior no ano que vem viria dos preços de ativos, que ficariam mais voláteis, e com as agências de classificação de risco baixando a nota do Brasil. Se eu estivesse nas agências, baixaria duas notas, para sinalizar o que significa não mudar a Previdência”, diz Sergio Vale, da MB Associados.

Vale lembra que a não aprovação do texto comprometeria a estrutura de gastos públicos. “É uma pena que os congressistas ainda não entenderam que não é uma questão eleitoral. É um tiro de metralhadora no pé.”

Confirmada ou não a perspectiva de um crescimento menor do País no ano que vem, caso a reforma não seja aprovada, 2018 será um ano de forte oscilação na Bolsa, avalia Thiago Xavier, da Tendências Consultoria. “O ano deve ser de turbulência, tanto pela eleição quanto pelo adiamento da reforma. A medida em que o ciclo eleitoral se aproxima, mais difícil fica.”

(COLABOROU DOUGLAS GAVRAS)

Estratégia é deixar a reforma ir morrendo à míngua

Bastidores: Adriana Fernandes, Igor Gadelha e Carla Araújo

Terminou de forma melancólica o debate da proposta de reforma da Previdência. Não houve nem mesmo a leitura da versão mais enxuta do texto da PEC pelo relator Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), como prometido pelas lideranças governistas.

Menos de 24 horas depois de o Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e lideranças governistas negarem em coro e com irritação a fala do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RN), de que a votação seria adiada para 2018, a confirmação veio pelas mesmas pessoas que antes repudiaram o senador. Jucá, porém, não falou por conta própria.

Com pouco mais do que 20 deputados, a sessão da Câmara para a apresentação do novo parecer foi dominada pelos partidos da oposição. E serviu de palco para críticas generalizadas à reforma, chamada pelos opositoristas de “lixo”, “anêmica” e “espetáculo para o

mercado financeiro”. O deputado José Geraldo (PT-PA) rasgou uma cópia. Também não apareceu no plenário o futuro ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (PMDB-MS). Na véspera, ele havia dito em tom de desafio que, mesmo que fosse o único deputado, estaria presente no plenário para a leitura do relator. Não foi.

A estratégia, porém, é ir adiando a reforma ao longo de 2018 até o ponto de ser impossível aprová-la, mas sem jogar a toalha logo de início. Temer não quer perder a marca reformista, que tenta emplacar antes mesmo do último ano do seu governo começar. Para isso, tem a bengala da reforma tributária.

Mas apesar do discurso de ressurreição da reforma em 2018, o clima é de desânimo entre muitos da equipe econômica. O que se espera é um plano alternativo para compensar a frustração com reforma. Do contrário, um nova crise econômica em 2019 já está contratada, como admitiu integrante da área econômica.

Líderes duvidam da reforma em 2018

Lideranças da base aliada dizem que será mais difícil aprovar a proposta em ano eleitoral; governistas apostam no poder da propaganda

Igor Gadelha

Contrariando o discurso otimista do governo, lideranças de partidos da base aliada avaliam que o adiamento da votação da reforma da Previdência para fevereiro de 2018 reduz as chances de aprovação da proposta. A avaliação é de que a proximidade com as eleições de outubro do próximo ano aumenta a resistência dos parlamentares, que temem desgaste eleitoral.

Governistas acreditam que somente a propaganda a favor da reforma tem o poder de mudar esse cenário, desde que atinja o efeito esperado pelo governo de diminuir a rejeição entre a população e, conseqüentemente, dos deputados à proposta. Nesse cenário, veem ainda como determinante uma sinalização mais forte do Senado de que votará a

reforma e que o texto aprovado pelos deputados não será alterado, para não ter de retornar à Câmara.

O Placar da Previdência, elaborado pelo Estado, aponta que 247 deputados são contrários ao texto da reforma, mesmo depois das modificações feitas pelo governo. São necessários 308 votos para aprovar a proposta em dois turnos na Câmara, mas apenas 73 deputados se dizem a favor. Outros 193 se declararam indecisos ou não quiseram abrir o voto.

“Esqueça Previdência para o próximo ano. Se não consegue esse ano, imagina no próximo, que é ano eleitoral”, disse o 1.º vice-presidente da Câmara, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG). A opinião é compartilhada pelo líder do PR na Casa, deputado José Rocha (BA), que comanda o quarto maior partido da base, com 37 deputados. Para Paulo Abi-Ackel (MG), vice-líder do PSDB na Câmara, o “ideal” teria sido votar neste ano, para aproveitar o “clima” favorável.

“Agora só haverá um clima igual a esse no pós-eleição.” A dificuldade é admitida até pelo líder do governo no Congresso Nacional, deputado André Moura (PSC-SE). “Deveria votar agora. É difícil votar perto da eleição”, afirmou.

Tempo a favor.

Os parlamentares ponderam, contudo, que o tempo pode correr a favor da matéria. “A eleição pode prejudicar de um lado, mas, do outro, a opinião pública vai ter mais tempo para conseguir compreender o relatório”, disse Moura. “A propaganda do governo está surtindo efeito e pode ajudar a convencer a população sobre a necessidade da reforma.

Isso ajuda o deputado a mudar o voto”, avaliou Danilo Forte (DEM-CE). Para o líder do Solidariedade, deputado Áureo (RJ), se houver “sintonia” entre Senado e Câmara, evitando o desgaste de uma reavaliação do texto pelos deputados, o governo tem mais chances de vitória.

ENTREVISTA - Luiz Carlos Trabuco Cappi

‘A Previdência é mais importante que a eleição’

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente executivo e do conselho de administração do Bradesco

Para o banqueiro, o presidente Temer tem capital político para aprovar a reforma no início de 2018

Mônica Scaramuzzo

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente executivo e do conselho de administração do Bradesco, disse ontem que a reforma da Previdência é mais importante que as eleições de 2018. O banqueiro, que vai anunciar seu sucessor no primeiro trimestre de 2018, acredita que o presidente Michel Temer tem capital político para conduzir a agenda em fevereiro. A seguir, os principais trechos da entrevista.

A reforma da Previdência ficou para fevereiro de 2018. O sr. acredita que o presidente tem capital político aprovar as mudanças?

Acredito. Ele tem um governo que quer reformar e ter coerência na política fiscal e monetária. O presidente acaba definindo uma agenda positiva. A reforma é mandatória e fundamental a médio prazo para o teto dos gastos públicos.

Se a reforma da Previdência não for aprovada neste governo o sr. acredita que outro presidente, independentemente de quem for eleito, conseguirá aprovar?

Acho que a reforma é mais importante que as eleições. Ela dá o tom mais imediato em relação à agenda positiva.

Mesmo com a eleição de um candidato de extrema direita ou de extrema esquerda?

A reforma passa pela necessidade. Ela é a impulsora, independentemente do candidato.

Como o sr. vê o cenário para a corrida eleitoral em 2018?

Eu não consigo avaliar o quadro dos possíveis candidatos, mas seguramente é uma eleição em que nós teremos uma profusão de candidatos refletindo o espectro político da sociedade. Será um ano marcado por muito debate, com uma pluralidade de candidatos que vai refletir o pensamento da sociedade.

Se a reforma não for aprovada em 2018, poderá comprometer o crescimento do País no ano que

vem?

As previsões de crescimento para 2018 já estão dadas. A reforma da Previdência é quase uma mãe de todas as reformas. O sistema previdenciário está embasado em cima de um pacto de gerações. Se não houver a reforma, teremos um conflito de gerações e não um pacto de gerações. A reforma dá resultados no médio prazo. No curto prazo, sinaliza um comprometimento com os gastos públicos, refletindo imediatamente no valor dos ativos.

O sr. está otimista em relação à retomada do crescimento para 2018?

A recessão foi tão profunda... Os que mantiveram emprego agora estão comprando carro, trocando móveis, renovando parte do guarda-roupa. Isso é um dado que vai jogar para a taxa de investimento. O pior ficou para trás, mesmo que a reforma da Previdência não tenha sido aprovada.

O cenário estará mais propício para atrair investimentos ao País?

Já temos visto investimentos. As recentes operações de abertura de capital (IPO, na sigla em inglês)





já sinalizam essa retomada. O Brasil, por suas características, é um bom lugar para se investir. E todos os indicadores mostram que os investidores estão com o dedo no gatilho para investir.

O que falta para apertar o gatilho?

Um processo de expectativa, vamos dizer assim. É um País que vai passar por um processo eleitoral. Temos um governo que está tentando convencer o Congresso a fazer as reformas. O Brasil tem um portfólio importante de infraestrutura que tem atraído investidores.

Os empresários têm sido mais atuantes nos debates do País?

O empresariado não quer reforma tributária para pagar menos imposto. Queremos simplificar o sistema tributário. Num país que passa por ajuste fiscal, seria insanidade a reforma tributária para reduzir os impostos. Agora não contar com aumento da carga e simplificar, é uma coisa desejável.

Agências veem risco à nota do País com adiamento

Eduardo Rodrigues
Daiene Cardoso

Para tentar evitar que o adiamento da votação da reforma da Previdência leve a um novo rebaixamento da nota de rating do Brasil, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que vai procurar as principais agências de classificação de risco para explicar a postergação da análise da proposta pelo Congresso. “Vamos ligar e fazer conferências com as principais agências de rating na próxima semana.

Queremos esclarecer as dúvidas e mostrar que há a possibilidade concreta de se aprovar a reforma no começo de 2018”, disse Meirelles, após reunião com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). “E, com isso, tentaremos evitar um downgrade (rebaixamento da nota do Brasil).”

As agências de classificação de

risco trabalham com a concessão de ratings – notas de crédito ou classificações – a empresas, governos ou entidade que emita títulos para serem negociados no mercado. Os ratings representam a avaliação da agência sobre a capacidade do emissor dos títulos de honrar seus compromissos com investidores. Em outras palavras, o risco de o emissor da dívida dar um calote.

Ontem, após a confirmação de que a votação da reforma da Previdência ficará para fevereiro, a Moody’s divulgou comentário por escrito da vice-presidente e analista sênior, Samar Maziad, que avaliou que o adiamento aumentou a possibilidade de a reforma não ser aprovada em razão da incerteza em torno das eleições presidenciais.

Para a Moody’s, a falta de acordo para a votação neste ano é um “fator de crédito negativo”. A Fitch destacou em nota que o atraso “evidencia riscos incorporados à

nossa perspectiva negativa do rating BB do Brasil”.

Para a agência, a janela de oportunidade para uma reforma significativa da Previdência antes da eleição está se estreitando e novos atrasos ou diluições impõem riscos para a viabilidade do limite de gastos e estabilização da dívida.

Além disso, acrescenta a Fitch, tal situação representa riscos potenciais para a confiança do mercado e para o processo de recuperação econômica no curto prazo. Meirelles admitiu que há um custo de adiamento da votação, mas garantiu que há expectativa de aprovação em 2018.

“A mensagem extremamente negativa seria a não aprovação (da reforma). A não votação, de fato, positiva não é, como já temos dito há meses. Não é novidade.”

COLABROU KARLA
SPOTORNO